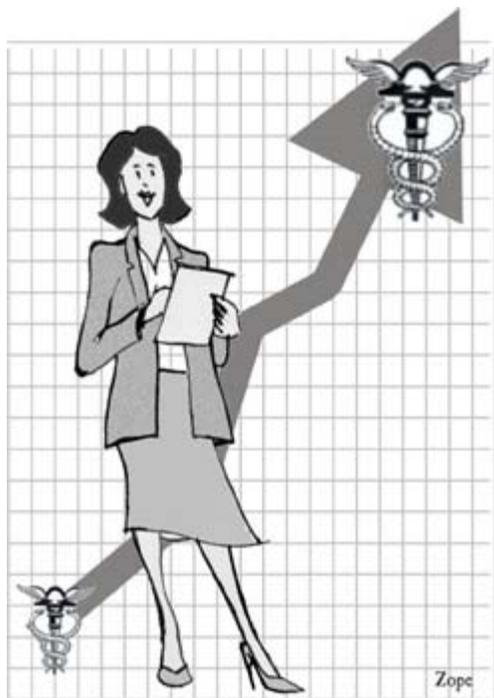


CRESCE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ÁREA DE CONTABILIDADE

Tradicionalmente uma carreira exercida por homens, a área de Contabilidade está mudando, exibindo maior participação feminina nos últimos anos. As mulheres representam hoje 33% dos contabilistas e, embora em número ainda reduzido, ocupam cargos de chefia em empresas e organizações.

Tanto na graduação quanto no exercício profissional, as mulheres estão conquistando espaço. Dados de 2002 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) mostram que dos 505 alunos matriculados em Ciências Contábeis, 38% eram mulheres. Na Faculdade Moraes Júnior, também sediada no Rio de Janeiro, o percentual de mulheres matriculadas no curso em 2003, praticamente corresponde ao dos homens, representando 49% dos 1.008 estudantes.



Na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro a tendência é semelhante: 38% dos 272 técnicos são mulheres. O percentual aumenta quando se considera apenas a equipe de dirigentes com formação em Ciências Contábeis: de cinco, três são mulheres. No setor privado, a participação feminina é mais expressiva. Na Ernst & Young, por exemplo, o sócio da empresa no Brasil, Sérgio Citeroni, informa que dos 840 funcionários de auditoria 45% são mulheres.

Atento a essa tendência, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) lançou em 2002 o Projeto Mulher Contabilista. Um ano depois, em junho de 2003, a resolução do CFC nº 971 estabeleceu a reserva mínima de 20% das vagas para mulheres concorrerem nas chapas para eleições diretas nos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade (CRCs). Dos 382 contabilistas que disputam as eleições que acontecem no início de novembro, 115 são mulheres que tentam assumir parte das 245 vagas em mandatos de quatro anos.

Idealizador do Projeto Mulher Contabilista, o presidente do CFC Alcedino Gomes Barbosa diz que isso é resultado da capacidade de prever causas e efeitos de atitudes e procedimentos, qualidade que ele considera peculiar ao sexo feminino. "As mulheres demonstram competência, perspicácia, sensibilidade e rapidez nas tarefas que executam e estão sendo reconhecidas e valorizadas no mercado de trabalho por

essas qualidades. Além disso, estão sempre procurando atualizar seus conhecimentos a fim de aprimorarem a prestação de serviços".

O debate sobre a participação das mulheres em entidades de classe acontece desde 1991, durante o 1º Encontro Nacional da Mulher Contabilista. Dez anos mais tarde foi lançada a proposta da reserva de vagas, que ganhou corpo em maio de 2003 no 4º encontro nacional da categoria feminina.

Atualmente, três dos 27 Conselhos Regionais são presididos por mulheres: Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Amapá. Poucas profissionais fazem parte do quadro administrativo das entidades de classe, mas para o presidente do Conselho Federal o aumento da participação das mulheres como conselheiras é uma questão de tempo.

Silvia Mara Cavalcante, coordenadora do projeto Mulher Contabilista e presidente do CRC de Mato Grosso, fala sobre a crescente atuação feminina: "Sentimos que conseguimos encorajar a participação das mulheres a se tornarem líderes dentro da classe contábil. Como resultado deste estímulo, provocado nos encontros, teremos um número maior de candidatas à presidência de Regionais em 2006".

As primeiras mulheres a exercerem a presidência nos Conselhos Regionais no Amapá e no Rio Grande do Norte, respectivamente Maria Angélica Pimentel e Jucileide Leitão, demonstram orgulho do feito. "Foi difícil vencer o preconceito", diz Maria Angélica. "A mulher gestora desenvolve as suas ações gerenciais com razão e emoção, demonstrando a sua identificação com o trabalho em equipe e parceiros", destaca Jucileide



Como as companhias nascem

Partindo da projeção de que as grandes corporações continuarão, ainda por um longo período, a afetar direta ou indiretamente a vida de qualquer cidadão em qualquer lugar do mundo, os jornalistas John Micklethwait e Adrian Wooldridge recuperam as principais etapas de evolução das companhias.

EDITORIAL

Lidando com os mistérios orçamentários

Lino Martins da Silva

Todos os que se dedicam às atividades no setor público foram surpreendidos no final do mês de outubro com a decisão do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro face à não aprovação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre a gestão dos ex-governadores no período 1999-2002.

Desde o início dos debates e durante a votação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o assunto merecia duas providências a serem tomadas pelo Legislativo. A primeira seria a inclusão nas discussões do projeto de lei que substituirá a Lei 4.320/64, que trata da forma como os administradores devem conjugar o planejamento, a execução e o controle das finanças públicas. A segunda providência decorreria da primeira:

normas explícitas para ensinar os administradores a lidar com os mistérios orçamentários decorrentes da lógica do cidadão contribuinte, que demanda mais serviços públicos e, paradoxalmente, defende a redução de impostos.

O exame do parecer do Tribunal de Contas do Estado do Rio revela a radiografia de uma administração que abandonou a responsabilidade fiscal que deveria perseguir nos termos da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000.

A leitura do relatório do controle externo mostra que os administradores foram reprovados porque não atentaram para a necessidade do esforço que lhes foi exigido pela LRF. Inviabilizaram o estabelecimento de uma relação de responsabilidade com os cidadãos, principalmente aqueles que não são beneficiados por programas formadores de clientela cativa.

Agindo dessa forma, os administradores não se preocuparam com a prestação de contas pelas responsabilidades assumidas, que os estudiosos denominam de accountability.

Com a decisão do Poder Legislativo de aprovar as contas mesmo assim, é possível vislumbrar que a expressão "responsabilidade fiscal" passará a ter diversas acepções, que podem variar de acordo com as condições estabelecidas pelos agentes políticos.

Segundo o parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado do Rio, o cidadão está experimentando uma nova significação da palavra responsabilidade. Esta pode ser classificada como nada do que se fez constitui responsabilidade e, portanto, nada se deve temer ao agir, pois ninguém pode ser considerado culpado. Todos os problemas da humanidade seriam ou resultado de má sorte, ou problemas herdados do passado ou, ainda, abuso, falta de auto-estima, maus pais, maus companheiros. Qualquer acontecimento seria responsável, menos aqueles que no período detiveram a tutela e a responsabilidade pela gestão.

No futuro certamente surgirão termos como: "responsabilidade semântica", indicando a arte da representação em que as pessoas falam bem e nada mais; "responsabilidade cosmética", que pode vir a ser muito popular e importante pelo aparecimento de cosmetólogos da gestão pública, pintores das tumbas de mármore branco nas quais farão a inscrição: "aqui jaz a responsabilidade fiscal".

A criatividade levará ao aperfeiçoamento do sistema de responsabilidades. Poderemos então conhecer a "responsabilidade seletiva", que significa sou responsável quando quero; a "responsabilidade cíclica", segundo a qual certas administrações têm lapsos de responsabilidade seguidos de longos períodos de irresponsabilidade; ou a "responsabilidade legalista-formalista", na qual tudo está conforme a lei. Tudo para substituir a "responsabilidade financeira" baseada nas demonstrações contábeis de pouca valia para os fins da LRF, considerando decisões como a tomada pela Assembléia Legislativa fluminense.

Quando da aprovação da LRF, as discussões identificavam ali uma Lei com a magia dos três "Ds": déficit, dívida e disponível. Pelo observado no parecer do Tribunal de Contas, porém, tais conceitos recaíram sobre a administração em outros três "Ds": desprestígio, desconfiança e desgosto. Tais características têm como causa principal outros três "Ds": desintegração, desinformação e desgraça - todos relativos aos sistemas de controle.

O conceito de "responsabilidade" incluído na LRF é o mais perigoso, uma vez que permite a muitos confiar no que parece mas que, por expedientes e interpretações voluntaristas, nunca é caracterizado como ações desastrosas para o cidadão.

A responsabilidade real não é difícil de ser definida. A sua acepção depende do conceito segundo o qual cada indivíduo é responsável por seus atos, com o compromisso de responder pelas conseqüências que provoquem e de prestar contas daquelas que podem causar danos aos cidadãos.

Depois da recente decisão do Poder Legislativo ficam dúvidas sobre a aplicação da responsabilidade fiscal. Este deveria ser o eixo mais importante de todos os outros pontos, como controle, transparência, planejamento. Sem responsabilidade fiscal não pode existir o respeito, a confiança, o direito. Não pode, enfim, existir a sociedade.

ENTREVISTA

Ricardo Vélez Rodríguez - Filósofo
Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora



Professor e pesquisador, o filósofo Ricardo Vélez Rodríguez nasceu na Colômbia, onde se graduou e iniciou a carreira docente como professor de Literatura, Teoria Literária e Filosofia. Entre 1975 e 1978 exerceu o cargo de Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa na Universidade de Medellín. Depois de uma década no Brasil, passou a lecionar na Universidade Federal de Juiz de Fora e em 1985 criou com Antônio Paim o Programa de Mestrado em Pensamento Brasileiro. É pesquisador nas áreas de filosofia das ciências, teoria do conhecimento, filosofia política e história da cultura. Da sua produção científica destacam-se a participação no levantamento de material para os cinco volumes do Anuário Bibliográfico de História do Pensamento Ibérico e Ibero-americano e a autoria de vários livros, entre os quais destacam-se Tópicos Especiais de Filosofia Moderna (1995); Avanços teóricos da Social-Democracia (1997); Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro (1997); Estado, Cultura y Sociedad en la América Latina (1999) e Keynes: doutrina e crítica (1999).

Pre\$tando Conta\$ Pre\$tando Conta\$ - A ética - conceito e padrões - é suficientemente debatida pela sociedade? Existe uma consciência coletiva do que é ética ou ético?

Ricardo Vélez - Os brasileiros, a meu ver, estão descobrindo o valor da ética depois que perceberam a importância dessa variável na construção da democracia. A sociedade brasileira estava presa a um ideal - decorrente das reformas pombalinas - segundo o qual, a variável moral é algo a ser equacionado pelo Estado empresário. Ora, como nas últimas décadas o Estado deixou claro que a questão moral não lhe interessava (depois que a cúpula governamental ficou bêbada, há alguns carnavais, no camarote do samba, ao lado de assistas semi-nuas), os cidadãos passaram a se preocupar em como equacionar essa importante questão. Viram que não era Brasília quem ditava as normas morais.

Pre\$tando Conta\$ Pre\$tando Conta\$ - Como a Filosofia contribui para o aprimoramento ético do cidadão?

Ricardo Vélez - A filosofia permite fundamentar conceitualmente a ética, que é fundamentalmente uma questão de valores. Ora, os valores não são coisas a serem estudadas pela ciência. São ideais, objeto de estudo da filosofia, na denominada axiologia.

Pre\$tando Conta\$ Pre\$tando Conta\$ - Na academia, qual seria o estado da arte, hoje, da produção científica brasileira sobre ética ou padrões éticos?

Ricardo Vélez - Estamos certamente engatinhando nessa matéria, pois o estudo das humanidades, em geral e, da filosofia, em particular, foi relegado para as calendas gregas pelos vários planos de reforma da educação. No entanto, as pessoas cada vez mais buscam os estudos humanísticos.

Pre\$tando Conta\$ Pre\$tando Conta\$ - No campo da formação, acredita que a disciplina Ética está distribuída, inserida, de forma satisfatória e coerente nos currículos acadêmicos?

Ricardo Vélez - Ainda falta dar mais destaque¹ a essa matéria, que deve ser algo vivo, referido às preocupações cotidianas dos cidadãos, algo que fundamenta a "sociedade de confiança", em que todos aspiramos a viver.

Pre\$tando Conta\$ Pre\$tando Conta\$ - No contexto das profissões, registra-se algum aspecto ético tratado com maior frequência?

Ricardo Vélez - Ressaltam hoje as questões ligadas à ética pública (ética dos políticos) e da bio-ética (ética dos profissionais da saúde). Trata-se das duas áreas em que a falta de formação ética mais se vê, pelos efeitos nocivos da atuação de pessoas inescrupulosas.

Pre\$tando Conta\$ Pre\$tando Conta\$ - Há limites para a ética? Como agir ao se defrontar com dilemas éticos?

Ricardo Vélez - A ética abarca toda a vida humana. A autenticidade moral, o agir de acordo com os ditames da própria consciência, é o que nos possibilita falar de uma boa ou de uma má pessoa. A ética, portanto, abarca a totalidade do ser humano.

ENTREVISTA

Ricardo Vélez Rodríguez - Filósofo
Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora

Pre\$tando Conta\$ - Poderia apresentar o seu livro sobre auditoria e ética empresarial que está sendo lançado neste final de ano?

Ricardo Vélez - O meu livro intitula-se *Ética empresarial: conceitos fundamentais* (Londrina: Edições Humanidades, 2003, 116 p.). Nesse volume insisto que a base da vida econômica é a confiança que temos naqueles com quem fazemos negócios. Se alguém se nos apresenta não qualificado do ponto de vista da boa-fé, não fazemos negócios com ele. Não somos otários. Essa é a base moral da vida econômica, o fundamento daquilo que os filósofos chamam de "sociedade de confiança". Sem essa boa fé, a vida torna-se um inferno. Passamos a não confiar em mais ninguém e a nos trancafiarmos em casa.

Pre\$tando Conta\$ - O que considera importante para a ética pública e para a ética no mundo corporativo?

Ricardo Vélez - Fundamentalmente a transparência, que consiste, como frisava Kant, em agir de tal forma que os motivos da nossa ação possam ser divulgados publicamente. Os gatunos fogem desse princípio como o diabo da cruz.

Pre\$tando Conta\$ - Em que grau a auditoria contribui para o balizamento de padrões éticos nas áreas pública e privada?

Ricardo Vélez - A auditoria é a atividade que se projeta diretamente para a realização do ideal da transparência nas organizações. Ela é essencial à vida das empresas e dos governos.

Controladoria recebe técnicos concursados em 2003



Vinte e seis técnicos de controle interno aprovados no concurso realizado este ano tomaram posse como servidores da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM) no final de setembro. Desse total, 24 já estão trabalhando no projeto de levantamento de dados e avaliação do controle interno de todas as Secretarias da Prefeitura. Finalizada essa atividade conjunta, os técnicos serão incorporados pelos vários setores da CGM.

Dos 1.284 candidatos que fizeram as provas de seleção, apenas 3% se classificaram para as 34 vagas. O grupo é formado por graduados nas áreas de Economia, Engenharia, Ciências Contábeis, Administração de Empresas e em Ciências Navais (habilitação em Administração de Sistemas). Os recém-empossados passaram duas semanas na Fundação João Goulart assistindo a palestras sobre as rotinas de trabalho da Controladoria. O programa de ambientação serviu para integrar os novos profissionais e mostrar detalhes da administração pública municipal. "É ótimo ter pessoas formadas em outras áreas na mesma equipe. Assim há maior troca de informações", diz Sílvia Tavares, uma entre os 11 contabilistas que tomaram posse.

Carlos Henrique Gonçalves, formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense, nunca havia trabalhado na área contábil. Ele diz que tinha vontade de fazer concurso para a área pública quando ficou sabendo das provas para ingressar na Controladoria. Sobre o início dos trabalhos na CGM, conta que agora o grupo está "numa fase de estudos, buscando informações sobre a Secretaria pela qual ficamos responsáveis para fazer o levantamento dos dados. Não fomos a campo ainda".

A estabilidade da carreira de servidor público foi um dos atrativos para alguns candidatos. Gustavo Azeredo, um dos aprovados, discorda do argumento. "Pode parecer utopia, mas sempre tive vontade de trabalhar no setor público para poder contribuir de alguma forma com o meu País. Estabilidade se conquista com competência até mesmo numa empresa particular", diz o engenheiro mecânico. A opção pela Controladoria também foi uma decisão pensada: "A CGM é um setor estratégico do governo e é nesta área que gostaria de ajudar". Dos profissionais recém-chegados, sete concluíram ou estão frequentando algum curso de pós-graduação ou mestrado. Um deles, o contabilista Mário Lúcio Peres, vem de uma experiência de 25 anos na área contábil da Souza Cruz. "Estava parado dois anos fazendo o mestrado quando soube do concurso. É bom chegar sabendo que posso aprender. Espero fazer um bom trabalho, me sentir útil naquilo que faço", destaca.

Prefeitura reduz tempo na liquidação de faturas

Cinco meses depois da sua criação, a Central de Liquidação (CEL), hoje Coordenadoria de Pré-Auditoria da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, está proporcionando à Prefeitura redução significativa no tempo de liquidação (e conseqüente pagamento) das faturas. Com a análise baseada em nove itens, os processos estão sendo liquidados pela Central em dois dias, em média.

Os indicadores de desempenho da Central de Liquidação mostram que até o mês de outubro tinham sido solicitadas mais de 100 mil ordens de pagamento ao Tesouro Municipal.

Dos 37.352 processos analisados de julho a outubro na Central, 33.729 foram liquidados e o restante devolvido às Secretarias para complementação de dados. Nas Coordenadorias Regionais de Educação, onde também funciona uma parte da Central, de setembro a outubro foram liquidados 97% dos 6.782 processos analisados.

“Tudo que a administração direta compra passa pela Central. Estamos atendendo à demanda das Secretarias num tempo bem rápido. O processo continua tendo a mesma análise, mas agora a Secretaria é responsável pela formalização e aplicação corretas de todos os procedimentos exigidos pela legislação. Nós efetuamos apenas a liquidação”, informa o coordenador da Central, Aderaldo de Castro Lira Filho.

Os 73 servidores da Central de Liquidação foram divididos em quatro unidades para atender Secretarias específicas, uma forma de equilibrar a distribuição do volume de trabalho. Outros 20 funcionários atendem às Coordenadorias Regionais de Educação em suas localidades.

Por ser uma atividade em que erros podem gerar pagamentos indevidos, os processos são conferidos antes de serem liberados. “O profissional de nível médio, quando alimenta o Fincon (sistema informatizado de execução orçamentária e contábil), confere a liquidação. Depois o processo vai para o técnico em contabilidade, que também confere e passa para o auditor, que o revê. Há ainda uma última conferência no grupo de revisão”, explica Aderaldo.

Para verificar se os controles existentes são suficientes para evitar ou detectar inconsistências, a Auditoria Geral realizou um exame interno. Com isso, a Central – mesmo sendo um setor de auditoria – também foi auditada.

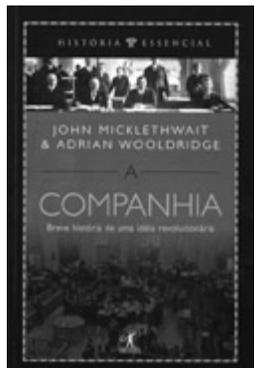
O fato de integrar a Auditoria Geral facilitou a identificação de riscos existentes nos processos encaminhados à Central. “Quando detectamos algum problema no processo, comunicamos à auditoria geral, que irá incluí-lo no planejamento de auditoria. Além disso, tudo aquilo que foge ao escopo e entendemos que possa ser submetido a uma auditoria, propomos à auditoria geral”, relata o coordenador.

Outra atividade da Central é participar das inspeções físicas realizadas pela Coordenadoria de Auditoria de Desempenho e Acompanhamento.

No final de outubro foi lançado o projeto “Um dia na CEL”, para levar funcionários da Controladoria a conhecer os procedimentos adotados na liquidação de despesas e observar o exercício dos controles internos no trabalho da Central. A auditoria geral Márcia Andréa Peres Suzano diz que o objetivo da visita é promover a integração: “É de fundamental importância que os integrantes da Auditoria Geral conheçam as atividades de cada um dos nossos setores”.

ESTANTE

Conhecendo as origens das grandes corporações



A Companhia - breve história de uma ideia revolucionária
John Micklethwait e Adrian Wooldridge
Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 286 p

Acostumados à cobertura econômica a partir dos escritórios em Londres e em Washington da revista *The Economist*, os jornalistas John Micklethwait e Adrian Wooldridge reproduzem no livro *A Companhia - breve história de uma idéia revolucionária* o nascimento e a trajetória das corporações em vários países e em momentos distintos da história.

Com um estilo simples que proporciona fácil leitura, os autores recuperam dados dispersos sobre o papel da companhia através do tempo, uma vertente do conhecimento que, constatam, até agora foi objeto de um número reduzido de estudos por parte de historiadores e economistas.

Para Micklethwait e Wooldridge, "a história da companhia é uma narrativa extraordinária. Algo que muitas vezes começara como instituição caritativa patrocinada pelo Estado espalhou-se por todos os campos, reconfigurando a geografia, a maneira de fazer a guerras, as artes e infelizmente também a língua".

Ainda que abordem principalmente as sociedades acionárias, os jornalistas iniciam o relato tratando dos comerciantes em 3000 a.C. e incursionam pelos séculos XVI e XVII, período em que a monarquia européia criou companhias licenciadas para expandir os seus domínios. Uma delas, a Companhia das Índias Orientais, governou a Índia com um exército de soldados nativos duas vezes maior que o exército britânico, exemplificam.

O fato de as companhias sobreviverem aos seus fundadores lhes daria um poder sem comparação. Nesse contexto é analisada a ascensão das grandes corporações nos Estados Unidos, na Europa e no Japão e o surgimento do chamado imperialismo corporativo. "A história das empresas é freqüentemente de imperialismo e especulação, desonestidade assustadora e até mesmo massacre", dizem Micklethwait e Wooldridge, para em seguida lançar o desafio: "quem hoje protesta contra os novos males do comércio global certamente pouco leu sobre escravidão ou ópio. Os que falam em termos assustadores sobre as fraudes na WorldCom parecem haver esquecido a Bolha dos Mares do Sul. Quem teme o poder de Bill Gates deveria conhecer um pouco mais J. P. Morgan".

No percurso de desenvolvimento e expansão das grandes companhias os autores dedicam um capítulo ao que identificam como "o paradoxo empresarial", experimentado no período 1975-2002. É a época da simplificação das companhias, do surgimento de empresas de alta tecnologia, como as do Vale do Silício na Califórnia, dos marcos regulatórios capitalistas e até de escândalos corporativos como o da Enron.

Para finalizar o estudo, os autores apresentam o que entendem como os três mundos possíveis para o futuro das empresas com base nas tendências apontadas por algumas escolas do pensamento econômico: as companhias estão empenhadas em uma conquista silenciosa do mundo; as empresas estão se tornando cada vez menos relevantes; a companhia formada por partes distintas já não é o elemento básico da economia moderna e será substituída pela "rede", constituindo-se em uma espécie de firma sem fronteiras.

Estudo identifica desvios na aplicação do dinheiro público

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) intitulado *Desvio do Dinheiro Público* demonstra que cerca de 32% da arrecadação tributária brasileira são desviados das suas finalidades por motivos como: corrupção, aplicação incorreta de verbas públicas, superfaturamento de obras e de serviços públicos. Segundo Gilberto Luiz Amaral, presidente do IBPT, se o dinheiro público fosse bem aplicado, o Brasil poderia reduzir a carga tributária sobre o PIB, hoje em cerca de 36%, de acordo com dados do próprio Instituto. O IBPT é uma entidade de difusão do Planejamento Tributário originada da Associação Brasileira de Defesa do Contribuinte e tem sede em Curitiba, no Paraná.



Um dos coordenadores do estudo, Gilberto Amaral diz que o objetivo da pesquisa "é chamar a atenção da sociedade para o índice impressionante de desvio de dinheiro público existente em nosso país e entender as razões da falta crônica de recursos para a prestação de serviços públicos como saúde, educação e segurança, apesar de recordes seguidos de arrecadação tributária".

O estudo foi motivado pelas sucessivas denúncias de desvios públicos divulgados na mídia de todo o País. O trabalho teve início logo depois do escândalo de superfaturamento nas obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo envolvendo o juiz aposentado Nicolau do Santos Neto e o ex-senador Luiz Estevão, entre outros.

Sete técnicos se dedicaram ao projeto entre 2001 e 2003. Pesquisaram edições impressas de jornais e revistas desde o início da década de 90, contabilizando mais de 30 mil notícias selecionadas. A metodologia se baseou principalmente em busca via internet seguindo palavras-chaves como fraude, sonegação, lavagem de dinheiro, evasão fiscal de divisas e notas frias.

Também foram usados como fontes portais dos Tribunais de Contas da União, de Estados e do Município de São Paulo, do Ministério Público Federal e Estadual, de Corregedorias, Tribunais de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Assim, foram catalogados 12.897 casos de desvio de verbas públicas. João Eloi Olenike, diretor do Instituto, disse que o Tribunal de Contas Município do Rio de Janeiro não foi incluído na pesquisa por não disponibilizar na Internet dados sobre os processos.

Ao comentar o relatório da Transparência Internacional intitulado "Índice da Percepção da Corrupção", no qual o Brasil ficou em 54º lugar entre os 133 países pesquisados, Olenike atribuiu o resultado "à questão histórica de nossos governantes, que desde o tempo do Império não tinham como costume a utilização de parcimônia com o erário público. Também pode ser atribuída como causa para esta situação a grande deficiência existente nos instrumentos de gastos públicos".

Para o diretor do Instituto, o governo fiscaliza a aplicação dos recursos públicos quase que exclusivamente por meio dos Tribunais de Contas, que considera fiscalizadores formais, pois "fazem apenas a verificação do documento e não da operação que o originou". Olenike sugere que o governo elabore campanhas na mídia alertando para os malefícios da corrupção e suas conseqüências para o País, com destaque para as penas de prisão. Ele argumenta que é urgente a criação de instrumentos eficazes para o controle dos recursos públicos, bem como uma revisão permanente das aplicações de verbas. A pedido da Procuradoria da República do Estado de São Paulo, o estudo Desvio do Dinheiro Público foi encaminhado ao Ministério Público no segundo semestre de 2003.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Graça Louzada e Aline Thomaz

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Giovanni Vivacqua Menezes